

Confiança e estabilidade

A economia brasileira não tem exibido bons números em matéria de vendas, crescimento e emprego, exceto nas exportações, as quais, infelizmente, ainda são pequenas para carregar o Brasil em suas costas. A responsabilidade pela retração cabe, em boa medida, à política monetária austera e aos juros elevados, com vistas a derrubar a inflação, cabendo uma sempre inconclusiva discussão sobre dosagem. Para muitos a retranca foi excessiva, mas a vitória sobre a inflação, ainda que sofrida, parece incontestável.

Há algo mais, todavia, a incentivar o empresariado, nacional e estrangeiro, a pisar no freio. Fala-se muito em “confiança”, “risco regulatório”, “clima ruim” e em medos de natureza vaga, o que vale não apenas para grandes companhias cogitando fazer investimentos em infraestrutura como também para indivíduos pensando em comprar bens duráveis. Em ambos os casos trata-se de assumir compromissos por prazos longos em condições de acentuada incerteza. Todos sabemos que o investimento é a mola propulsora do crescimento, que a vontade de investir está meio baixa e que depende de um conjunto amplo de fatores subjetivos envolvidos na comparação entre o custo do capital e o retorno esperado ao longo do período de vida de um novo investimento.

Quem quer que esteja ponderando iniciar um novo empreendimento, seja construir uma nova fábrica, ou comprar um carro a prestação, necessariamente fará cálculos cuidadosos envolvendo risco e retorno, dívidas e dúvidas, passado e futuro. O indivíduo refletirá sobre suas chances de perder o emprego, e a empresa ouvirá conselhos de toda ordem, fará planos e projeções, tentará adivinhar o que fará o governo, e somente agirá se tiver segurança sobre os resultados.

O novo governo revela imensa vontade de acertar, e tomou decisões sensatas no tocante às grandes linhas de sua política econômica. Muitas dessas decisões foram surpreendentes pois consistiram em dar prosseguimento a programas do governo passado. Embora, numa primeira observação se possa colocar tais decisões na conta do pragmatismo, ou do calor de um momento de crise, há algo mais nestas escolhas.

Na exata medida em que no novo governo aceita que o Brasil é uma construção coletiva, que não começou em janeiro de 2003 e que muita coisa certa e boa foi feita antes disso, inclusive pelo governo FHC, fica demonstrado que, no Brasil, a oposição no poder não significa a Revolução, tampouco a desordem, ou um festival de expurgos e perseguições contra tudo e todos ligados ao governo anterior. É claro que o novo governo tem seus conceitos sobre como fazer as coisas, e vai governar do jeito que bem entender. Existem ideias em comum, mas viva a

diferença, pois ela é da essência da Democracia. Em 3 anos e meio vamos ver o que dizem as urnas, sendo certo que, um dia, todos os que estão no governo hoje serão ex-alguma coisa.

O fato é que, aceita esta conjectura, devem se modificar para melhor as análises do “risco Brasil”, especialmente aquelas de agências classificadoras de risco, cujo horizonte de análise é bem mais longo que o dos mercados que transacionam diariamente os títulos brasileiros. Melhores avaliações seguramente viriam se ficasse demonstrado que o Brasil é estável num sentido que vai bem além do poder de compra da moeda nacional.

Mas o fato é que esta conjectura precisa ser demonstrada. No exterior, nas agências de risco, e também aqui, no meio empresarial, existe genuína curiosidade sobre a verdadeira personalidade deste governo. É verdade que o pensamento do núcleo dominante no governo parece estar em constante evolução, mas as diferenças internas são muito agudas. Posturas de autoridades setoriais, de grupos e de “movimentos sociais” específicos parecem inconsistentes com as grandes linhas traçadas pelo Presidente. Isto não contribui para insuflar confiança nos investidores, nacionais e estrangeiros. Isto é muito sério pois o crescimento não vai vir de programas de governo, mas do setor privado, que sem confiança não é capaz de atravessar a rua.